



Financiamento de Campanha Eleitoral

Bibliografia Seleccionada

Brasília – 2012

SUMÁRIO

► 1 Introdução	3
► 2 Conceitos e definições	4
2.1 Campanha eleitoral	4
2.2 Financiamento de campanha eleitoral	4
2.3 Fundo Partidário	4
► 3 Bibliografia	4
3.1 Livros	4
3.2 Publicações periódicas	7
3.3 Teses e dissertações	11
3.4 Legislação e jurisprudência	11
► 4 Sítios especializados na Internet	12
► 5 Especialistas	13

1 Introdução

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE), referência em informação eleitoral, mantém em sua Biblioteca *Professor Alysson Darowish Mitraud* acervo relevante e atualizado em material bibliográfico e recurso informacional eletrônico.

Com a intenção de melhor divulgar o seu acervo e assim contribuir na disseminação de informações, o TSE apresenta, para especialistas da área e interessados em pesquisa, a terceira edição do produto *Bibliografia selecionada*, sob o tema Financiamento de Campanha Eleitoral.

O trabalho oferece alguns conceitos sobre o assunto e traz relevante bibliografia, contemplando livros, artigos de revistas, capítulos de livros, teses e dissertações, sítios da Internet, nomes de especialistas da área, bibliotecas e centros de informação importantes.

O trabalho não tem a intenção de exaurir o assunto; mas, sim, de auxiliar os estudiosos no assunto em suas pesquisas e estudos.

A biblioteca do TSE gerencia e integra a Rede de Bibliotecas da Justiça Eleitoral (Reje), onde são partícipes, também, os tribunais regionais eleitorais presentes nos estados. Colocamo-nos à disposição para atendê-lo.

Boa leitura!

► 2 Conceitos e definições

2.1 Campanha eleitoral

Pierre (2008, p. 76) conceitua campanha eleitoral:

“É a propaganda política dos candidatos a cargos Executivos ou Legislativos, em época de eleição, de acordo com as normas estipuladas por lei”.

Siqueira (2004, p. 101) a define como:

“Projeto cujo objetivo é legitimar, através do voto, um candidato que representa um partido ou coligação de partidos”.

2.2 Financiamento de campanha eleitoral

A Lei nº 9.504, em seu art. 17, determina que:

“As despesas da campanha eleitoral serão realizadas sob a responsabilidade dos partidos, ou de seus candidatos, e financiadas na forma desta Lei.”

Oliveira Lula (2008, p. 521) adverte:

“O financiamento das campanhas eleitorais precisa ser urgentemente repensado, a fim de diminuir os gastos de campanha por um lado e de outro, impedir que os recursos públicos paguem, ainda que de forma ilícita, como hoje ocorre, o altíssimo preço das campanhas eleitorais.”

2.3 Fundo Partidário

Farhat (1996, p. 426) explica que Fundo Partidário é constituído:

“Pelas multas e penalidades aplicadas nos termos do Código Eleitoral e legislação eleitoral posterior; por recursos financeiros que lhe forem destinados por lei, em caráter permanente ou eventual; por doações de pessoas físicas; e pelas dotações orçamentárias da União”.

A Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, em seu art. 20, determina que:

“O candidato a cargo eletivo fará, diretamente ou por intermédio de pessoa por ele designada, a administração financeira de sua campanha, usando recursos repassados pelo comitê, inclusive os relativos à cota do Fundo Partidário, recursos próprios ou doações de pessoas físicas ou jurídicas, na forma estabelecida nesta Lei”.

► 3 Bibliografia

3.1 Livros

AVRITZER, Leonardo (Org.); ANASTASIA, Fátima (Org.). **Reforma política no Brasil**. Belo Horizonte : UFMG, 2007. 271 p.

BALLOUK FILHO, Benedito Marques; KUNTZ, Ronald A. **Corrupção política: a luta social pelo resgate da dignidade no exercício do poder**. São Paulo : Madras, 2008. 294 p.

BEALEY, Frank. **Diccionario de ciencia política**. Traducción de Raquel Vázquez Ramil. Tres Cantos, Madrid : Istmo, 2003. 503 p.

BLANCO VALDÉS, Roberlo L. **Conexões políticas e eleitorais**. Tradução: Margarida Maria Furlong. Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2010. 219 p.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Comissão de sistematização**: estudos das subcomissões de partidos políticos, sistemas eleitorais, propaganda eleitoral e financiamento de campanha, código eleitoral e lei complementar sobre a organização da justiça eleitoral. Brasília : [s.n.], 1995.

BUGALHO, Gustavo Russignoli. **Direito eleitoral**. Leme : JH Mizuno, 2008. 242 p.

CERQUEIRA, Thales Tácito Pontes Luz de Pádua. **Direito eleitoral brasileiro: o Ministério Público Eleitoral, as eleições em face das leis 9.504/97, 9.840/99, 10.732/03, 10.740/03 e 10.792/03, EC 35/01 (imunidade parlamentar e restrições)**. 3. ed. rev., ampl., e atual. Belo Horizonte: Del Rey, 2004. 1526 p.

CAGGIANO, Monica Herman S. **Comportamento eleitoral**. São Paulo : CEPES, 2010. 253 p.

DINERO y contienda político-electoral: reto de la democracia. Manuel Carrillo, Alonso Lujambio, Carlos Navarro, Daniel Zovatto, coordinadores. México : Fondo de Cultura Económica, 2003. 501 p.

ESCOFFERY, Eduardo Valdés. **La reforma electoral panameña de 1997**. In: Boletín Electoral Latinoamericano, n. 23, p. 125-138 jan./jun. 2000.

FARHAT, Said. **Dicionário parlamentar e político**: o processo político e legislativo no Brasil. São Paulo : Melhoramentos, 1996. 998 p.

FIERRO, Carlos Navarro. **Regímenes de financiamiento y fiscalización y garantías de equidad en la contienda electoral**: estudio comparado de 19 países de América Latina. México : Instituto Federal Electoral, 2006. 135 p.

FLEISCHER, David. **Las consecuencias políticas del sistema electoral brasileiro**: partidos políticos , poder legislativo y gobernabilidad. San José, Costa Rica : [s.n.], 1995. 228 p.

FLEISCHER, David ... [et.al.]. **Reforma política : agora vai?** Tradução Marcelo Moura. Rio de Janeiro : Fundação K. Adenauer, 2005. 159 p.

FRANCISCO, Caramuru Afonso. **Dos abusos nas eleições**: a tutela jurídica da legitimidade e normalidade do processo eleitoral. São Paulo : Juarez de Oliveira, 2002. 234 p.

GRANT, Thomas D. (Ed.). **Lobbying, government relations and campaign finance worldwide navigating the laws, regulations and practices of national regimes**. New York, Oceanas, 2005. 654 p.

HETHERINGTON, Marc J. **Parties, politics, and public policy in America**. 11th ed. Washington, D.C.: CQ press, 2010. 307 p.

KNEIPP, Bruno Burgarelli Albergaria. **A pluralidade de partidos políticos comentários sobre a última resolução do TSE**, março de 2002. Belo Horizonte: Del Rey, 2002. 106 p.

KUNTZ, Ronald A. **Marketing político**: manual de campanha eleitoral. 9. ed. São Paulo : Global, 2002. 259 p. [Apêndices].

LIMA, Sídia Maria Porto. **Prestação de Contas e Financiamento de Campanhas Eleitorais**. 2. ed. rev. e atual. Curitiba: Juruá, 2009. 239 p.

LULA, Carlos Eduardo de Oliveira. **Direito eleitoral**: comentários às Leis 9.504/97, nº 9.096/95 e à Lei Complementar nº 64/90.

MACHADO, Sérgio. **Reforma político partidária**: relatório final da comissão temporária interna encarregada de estudar a reforma político-partidária. Relator, Sérgio Machado. Brasília : Senado Federal, 1998. 135 p.

MENDES, Maria de Fátima Abrantes. **Lei eleitoral da assembléia legislativa da região autónoma Madeira**. 4. reedição, actualizada, anotada e comentada. Lisboa : Comissão Nacional de Eleições, 2004. 320 p.

MENDES, Maria de Fátima Abrantes. **Lei eleitoral do presidente da república**. 3. ed., atual. anot. e coment. Lisboa: Soartes, 2005. 277 p.

MENDES, Maria de Fátima Abrantes. **Lei eleitoral dos órgãos das autarquias locais**. Lisboa: Almondina, 2005. 335 p.

MONTEIRO, Geraldo Tadeu Moreira (Org.). **Manual prático de campanha eleitoral**. Rio de Janeiro : Gramma, 2004. 394 p.

OLIVEIRA, Marco Aurélio Bellizze. **Abuso de poder nas eleições**: a inefetividade da ação de investigação judicial eleitoral. Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2005. 102 p.

PENTEADO, Ricardo (Org.). **Manual das eleições**: Lei nº 9.504/97 – Lei Complementar 64/90 – Lei nº 9.096/95 – Resoluções 21.608, 21.610, 21.575, 21.711, 21.576, 21.609 e 21.635 do TSE (atual. até 25 de junho de 2004). São Paulo : Malheiros, 2004. 254 p.

PIERRE, Martim. **Dicionário jurídico**: terminologia jurídica e forense, brocardos latinos. 3. ed. rev. e atual. Niterói, RJ : Impetus, 2008. 322 p.

PROBST, Marcos Fey. Reflexões acerca da distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios em ano eleitoral. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 13, n. 1759, 25 abr. 2008. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/11194>>. Acesso em: 1 out. 2011.

REGULATING Campaign Finance. In: **The annals of the American Academy of Political and Social Science**, n. 486, p. 1-192, july. 1986.

REYES GONZÁLEZ, Guillermo Francsico. **Tratado de derecho electoral**: el nuevo orden político y electoral en colombia. Bogotá : Konrad-Adenauer, 2005. 824 p.

SILVA, Fernando Neves. Financiamento de campanha eleitoral e corrupção eleitoral. In: **Anais da XVIII Conferência Nacional dos Advogados do Brasil**: cidadania, ética e Estado. Brasília : OAB, Conselho Federal, 2003.

SIQUEIRA, Carlos Aquiles. Planejamento básico de campanha eleitoral. In: **Manual prático de campanha eleitoral**. Rio de Janeiro : Gramma, 2004, p. 101-120.

SISTEMA político venezolano, clubes franceses y tendencias electorales. Presentación Amado Cornielles; dirección Manuel Vicente Magallanes. Caracas : [s.n.], 1998. 253 p.

SOLDEVILLA, Fernando Tuesta. **Partidos políticos y elecciones en el Peru**: (1978-1993). San José, C.R. : IDH/Capel, 1994. 124 p.

SOBIERAJSKI, Denise Goulart Schlickmann. **Financiamento de campanhas eleitorais**. 4. ed. rev. e atual. Curitiba : Juruá, 2009. 430 p.

TOFFOLI, José Antonio Dias. Que tipo de representação voto simples, distrital ou misto? In: **Direito e democracia: debates sobre reforma política e eleições**. Rio de Janeiro : Tribunal Eleitoral do Rio de Janeiro, 2008, p. 59-65.

VELLOSO, Carlos Mario da Silva; Agra, Walber de Moura. **Elementos de direito eleitoral**. 2. ed., rev. e atual. São Paulo : Saraiva, 2010. 534 p.

3.2 Publicações periódicas

AGRA, Walber de Moura. Financiamento de campanha e prestação de contas. **Estudos eleitorais**, v. 5, n. 2, p. 9-24, maio/ago. 2010.

ALMEIDA, Noely Manfredini d'. Financiamento de partidos e campanhas no mundo. Curitiba : TRE-PR, 2001. **Paraná Eleitoral**, n. 39, p. 31-38, jan./mar. 2001.

ARAÚJO, Caetano Ernesto Pereira de. Financiamento de campanhas eleitorais. **Rev. de Informação Legislativa**, v. 41, n. 161, p. 59-66, jan./mar. 2004.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa. BOURDOUKAN, Adla. Partidos políticos no Brasil: organização partidária, competição eleitoral e financiamento público. **Perspectivas**, São Paulo, v. 35, p. 117-148, jan./jun. 2009.

CALDERÓN UMANZOR, Yoletth Emelina. Ejercicio y límites de los derechos políticos en la legislación hondureña. **Revista IIDH**, n. 42, p. 301-326, jul./dez. 2005.

CAMPOS, Paloma Biglino (Ed.); DEL RINCÓN, Luis Esteban Delgado (Ed.). **La resolución de los conflictos electorales: un análisis comparado**. Madrid : Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2010. 285 p.

CERQUEIRA, Thales Tácito Pontes Luz de Pádua. O poder judiciário e as eleições 2008: financiamento público de campanha e o julgamento da "ADI dos créditos extraordinários". Brasília : Consulex, 2008. **Revista jurídica Consulex**, v. 12, n. 274, p. 27-30, jun. 2008.

COSTA, Adriano Soares da. Comentários à Lei nº 11.300/2006. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 11, n. 1107, 13 jul. 2006. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/8641>>. Acesso em: 20. Mar. 2012.

COSTA, Humberto. Democracia com D maiúsculo. **Teoria e Debate**, v. 24, n. 95, p. 18-20, mar./abr. 2011.

D'ALMEIDA, Noely Manfredini. Financiamento de partidos e campanhas no mundo. **Cadernos de Direito Constitucional e Eleitoral**, v. 14, n. 46, p. 19-25 abr./jun. 2000.

FERNANDES, Lília Maria da Cunha. Minirreforma eleitoral : considerações sobre a Lei n. 11.300, de 10/05/2006, nas prestações de contas das campanhas eleitorais. **Revista do TRE-TO**, v. 1, n. 1, p. 21-28, jan./jun. 2007.

FERREIRA, Lara Marina. O financiamento de partidos políticos e de campanhas eleitorais no contexto da reforma política. **Estudos eleitorais**, v. 6, n. 1, p. 91-110, jan./abr.2011.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto. Reforma de Financiamento de Campanha e Opinião Pública : o caso dos EUA. **Revista Sisifo**, Recife, v. 1, p. 86-104, 2005.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto. Regulação eleitoral e financiamento de campanha: uma breve revisão teórica. **Revista Três Pontos** (UFMG), v. 2, p. 63-70, 2005.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto. Gastos eleitorais: os determinantes das eleições? Estimando a influência dos gastos de campanha nas eleições de 2002. **Revista Urutágua** (Online), v. 8, p. 1-10, 2005.

FLEISCHER, David V. Reforma política no Brasil uma história sem fim. **Rev. do curso de direito**. Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal (AEUDF), v. 5, n. 1, p. 9-28, jan./jun. 2004.

FRANÇA JÚNIOR, Fausto F. de. Dos princípios norteadores das prestações de contas eleitorais. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 14, n. 2371, 28 dez. 2009. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/14084>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

FRANCISCO NETO, João. O sistema eleitoral norte-americano e a eleição presidencial. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 13, n. 1879, 23 ago. 2008. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/11640>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

JARDIM, Torquato. A regulamentação legal dos partidos políticos no Brasil. **Paraná Eleitoral**, n. 52, p. 39-56, maio/jun. 2004.

GOUVEIA, Jorge Bacelar. Partidos políticos. Curitiba: TRE-PR. **Paraná Eleitoral**, n. 40, p. 49-62, abr./jun. 2001.

HAEFLIGER, Rejane Teresinha. Prestação de contas de campanha : importante ferramenta para a transparência das eleições. **Revista do TRE-TO**, v. 2, n. 2, p. 27-39, jul./dez. 2008.

IANONI, Marcos. Lista fechada e financiamento público funcionam? **Teoria e Debate**, v. 24, n. 95, p. 21-24, mar./abr. 2011.

ISSACHAROFF, Samuel. On political corruption. **Harvard Law Review**, v. 124, n. 1, p. 118-142, nov. 2010.

LAVAREDA, Antonio. O Financiamento da atividade partidário-eleitoral atitudes do eleitorado. **Síntese: nova fase**, v. 17, n. 48, p. 47-57, jan./mar. 1990.

LIMA, Edmo D'El-Rei. Financiamento público exclusivo de campanhas eleitorais no Brasil. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 14, n. 2090, 22 mar. 2009. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/12487>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

LIMA, Sídia Maria Porto. O controle Jurídico da movimentação de recursos nas campanhas eleitorais: Uma preocupação mundial. **Revista do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco**, Recife, PE, v. 5, n. 1, p. 29-46, 2004.

LIMA, Sídia Maria Porto. Prestação de Contas de Campanha Eleitoral: Lei nº 9.504/97 e Resolução nº 20.112/98. **Revista do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco**, Recife, PE, v. 3, n. 1, p. 40-54, 1999.

LIMONGI, Fernando. Reforma política: verdades e sofismas. **Rumos**, v. 29, n. 222, p. 4-8, jul./ago. 2005.

MARINHO, Samuel Carvalho. Participações societárias e fontes de financiamento de campanha vedadas pela legislação eleitoral. Belém : TRE-PA, 2010. **Revista do Tribunal Regional Eleitoral do Pará**, v. 1, n. 3, p. 31-34, jan./abr. 2010.

MONTEIRO, Jorge Vianna. A pressão pelo crescimento : desonerações & reformas. **Revista de Administração Pública**, v. 41, n. 1, p. 161-175, jan./fev. 2007.

MOTA, Aroldo. Financiamentos de partidos nas campanhas eleitorais : receitas e limites de gastos. Legislação eleitoral pertinente. **Suffragium - TRE / CE**, v. 23, n. 256, p. 35-38, jan./fev. 2002.

NORONHA, Silvia. Democracia, o Brasil precisa votar nela. **Rumos**, v. 29, n. 217, p. 26-33, set./out. 2004.

OTONI, Rubens. Por que voto em lista preordenada. **Teoria e Debate**, v. 24, n. 95, p. 17-18, mar./abr. 2011.

PILDES, Richard H. The Constitutionalization of democratic politics. **Harvard Law Review**, v. 118, n. 1, p. 29-154, nov. 2004.

PIRES, Márcio Rodrigo Kaio Carvalho. **Reforma Política**: a questão do financiamento público das campanhas eleitorais. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/14369/reforma-politica-a-questao-do-financiamento-publico-das-campanhas-eleitorais>> Acesso em: 20 mar. 2012.

PORTO, Walter Costa. O TSE e a reforma eleitoral-partidária. **Estudos Eleitorais**, v. 2, n. 2, p. 41-44, jan./abr. 2006.

PORTUGAL, Adriana Cuoco; BUGARIN, Maurício. **Financiamento Público e Privado de Campanhas Eleitorais**: efeitos sobre bem-estar social e representação partidária no Legislativo. Texto completo. Disponível em: <<http://www.bugarin.insper.org.br/papers/FC09Jul03EA.pdf>> Acesso em: 20 mar. 2012.

QUINTELLA, Sergio F. O panorama político brasileiro. Rio de Janeiro: Confederação Nacional do Comércio. **Carta Mensal**, v. 51, n. 608, p. 45-53, nov. 2005.

QUINTELLA, Sergio F. Um enigma dentro de um mistério : a reforma política. **Carta Mensal**, v. 53, n. 631, p. 72-78, out. 2007.

RABAT, Márcio Nuno. Mais política e menos reforma política. **Paraná Eleitoral**, n. 53/54, p. 67-74, jul./dez. 2004.

REIS, Bruno P. W. O presidencialismo de coalizão sob pressão: da formação de maiorias democráticas à formação democrática de maiorias. **Plenarium**, v. 4, n. 4, p. 80-103, maio 2007.

ROLLO, Alberto. A atual reforma política. A lista fechada, o financiamento público de campanha e a "janela da infidelidade". **Jus Navigandi**, Teresina, ano 14, n. 2171, 11 jun. 2009. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/12960>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

RUBIO, D. F. Financiamento de partidos e campanhas : fundos públicos versus fundos privados. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 73m p. 6-16, Nov. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n73/a01n73.pdf>> Acesso em: 20 mar. 2012.

SALGADO, Eneida Desiree. Abuso do poder econômico e financiamento das campanhas eleitorais. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 7, n. 53, 1 jan. 2002. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/2525>>. Acesso em: 21 mar. 2012.

SAMUELS, David. Financiamento de campanhas no Brasil e propostas de reforma. **Suffragium**, v. 3, n. 4, p. 11-28 jan./jun. 2007.

SANTANA, Jair Eduardo. Financiamento das campanhas eleitorais e prestação de contas. Belo Horizonte : Inédita, 2000. **Direito Eleitoral Resumido**, p. 161-167, 2000.

SANTANO, Ana Cláudia. O procedimento para o financiamento de campanhas eleitorais e a problemática da prestação de contas dos recursos utilizados. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 10, n. 836, 17 out. 2005. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/7435>>. Acesso em: 3 out. 2011.

SANTOS, Antônio Augusto Mayer dos. Suplência de senador. Porto Alegre: Notadex, 2011. **Interesse Público**, n. 65, p. 111-113, jan./fev. 2011 e Paraná Eleitoral, n. 73, p. 77-94, abr./jun. 2010. Disponível em: <<http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/36848>> Acesso em: 25 ago. 2011.

SANTOS, Eurico A. Gonzalez Cursino dos. Comentários ao pl 2.679/2003, da Comissão de Reforma Política da Câmara dos Deputados. **Revista de Informação Legislativa** - Senado Federal, v. 41, n. 161, p. 15-21 jan./mar. 2004.

SCHETTINI, Francisco de Paula. Financiamento dos partidos políticos com recursos públicos. **Cadernos Aslegis**, v. 6, n. 17, p. 35-40, mar./ago. 2002.

SILVA, Fernando Neves da. Financiamento de campanha política e corrupção eleitoral. **Consulex**: Revista Jurídica, v. 7, n. 144, p. 36-40, jan. 2003.

SOUZA, Flávio Pimenta de. Effective policies and legal strategies for fighting political corruption in the funding of political parties and election campaigns in Brazil : empowering the ordinary citizen, preventing conflicts of interest reaching congressional investigations. **Revista IIDH**, n. 42, p. 349-376, jul./dez. 2005.

SPECK, Bruno Wilhelm, et al. Os custos da corrupção. **Cadernos Adenauer**, n. 10. São Paulo : Konrad Adenauer Stiftung, 2000, 3-127 p.

SPECK, Bruno Wilhelm. Reagir a escândalos ou perseguir ideais? A regulação do financiamento político no Brasil. **Cadernos Adenauer**, v. 6, n. 2, p. 123-159, set. 2005.

TEIXEIRA, Paulo. Reforma política: o que está em jogo. **Teoria e Debate**, v. 24, n. 95, p. 11-13, mar./abr. 2011.

TEIXEIRA, Paulo. Reforma política, mais democracia, mais cidadania. **Estudos Eleitorais**, v. 6, n. 1, p. 133-141, jan./abr. 2011.

TRINDADE, Fernando. Financiamento eleitoral e pluralismo político. **Revista de Informação Legislativa** - Senado Federal, v. 41, n. 161, p. 47-57 jan./mar. 2004.

WOLDENBERG, Ricardo Becerra y José. México : el ciclo de sus reformas electorales (1977 - 1996). **Boletín Electoral Latinoamericano**, n. 23, p. 113-124 jan./jun. 2000.

ZOVATTO G., Daniel. Estudio comparado de las características jurídicas y prácticas del financiamiento de los partidos políticos y las campañas electorales en América Latina. Curitiba : TRE-PR, **Paraná Eleitoral**, n. 37, p. 97-138, jul./set. 2000.

ZOVATTO, Daniel. Financiamento dos partidos e campanhas eleitorais na América Latina uma análise comparada. **Opinião Pública**, v. 11, n. 2, p. 287-336, out. 2005.

3.3 Teses e dissertações

BRAGA, M. S.S; BORGES, D. P. T. **Organização e poder nos partidos políticos brasileiros**. 2008. Trabalho apresentado ao 6º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, Unicamp, Campinas, 2008. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/download/2290/1858>> Acesso em: 07 set. 2011.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto. **O elo corporativo? Grupos de interesse, financiamento de campanha e regulação eleitoral**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Pernambuco : UFP, 2009.

LIMA, Sídia Maria Porto. **Abuso de poder e controle das atividades econômicas de partidos e candidatos nas campanhas eleitorais: Estudo da eficácia das normas que regem a arrecadação, aplicação de recursos e prestação de contas de campanha eleitoral no ordenamento jurídico brasileiro**. 2004. Dissertação (Mestrado em Direito), Universidade Federal de Pernambuco, 2004.

MORAES, Everaldo Corrêa de. **Reforma Política no Brasil: análise das reformas propostas pelo Senado (1998) e pela Câmara dos Deputados**. 2006. 184 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <http://repositorio.bce.unb.br/handle/10482/2242?mode=full&submit_simple=Mostrar+item+em+formato+completo> Acesso em: 21 mar. 2012.

PIRONI, Cristiane Rachel. **Igualdade política e financiamento de campanhas eleitorais**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-07052009-170520/pt-br.php>> Acesso em: 21 mar. 2012.

REIS, Daniel Gustavo Falcão Pimentel dos. **Financiamento da política no Brasil**. 2010. (Dissertação de Mestrado) – Faculdade de Direito – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SCHUK, Maria Elisabeth de Sousa Aguiar. **O financiamento de campanha sob a análise político-jurídica**. Teresina, 2008. [17] f. Artigo (especialização lato sensu em Direito Eleitoral) - Universidade Federal do Piauí, em parceria com a Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí.

3.4 Legislação e jurisprudência

BRASIL. **Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997**. Estabelece normas para as eleições. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/legislacao/pesquisa-a-legislacao-eleitoral>> Acesso em: 21 mar. 2012.

BRASIL. **Lei nº 11.300, de 10 de maio de 2006**. Dispõe sobre propaganda, financiamento e prestação de contas das despesas com campanhas eleitorais, alterando a Lei nº 9.504, de 30.09.1997. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/legislacao/pesquisa-a-legislacao-eleitoral>> Acesso em: 21 mar. 2012.

BRASIL. **Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009**. Altera as Leis nos 9.096, de 19 de setembro de 1995 – Lei dos Partidos Políticos nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12034.htm> Acesso em: 21 mar. 2012.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Resolução nº 23.216, de 2 de março de 2010.** Dispõe sobre a arrecadação de recursos financeiros de campanha eleitoral por cartões de crédito. Disponível em: <<http://intranet.tse.gov.br/eleicoes/eleicoes2010/arquivos/Res-23216.doc>> Acesso em: 21 mar. 2012.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Resolução nº 23.217, de 02 de março de 2010.** Disponível em: <<http://intranet.tse.gov.br/idades/sci/arquivos/r23217.pdf>> Acesso em: 21 mar. 2012.

► 4 Sítios especializados na Internet

LEXML – Rede de Informação Legislativa e Jurídica do Senado Federal

“Portal especializado em informação jurídica e legislativa. Pretende-se reunir leis, decretos, acórdãos, súmulas, projetos de leis entre outros documentos das esferas federal, estadual e municipal dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todo o Brasil”. Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1995-09-19:9096>> Acesso em: 20 mar. 2012.

Portal CAPES

“Uma das maiores bibliotecas virtuais do mundo, reúne conteúdo científico de alto nível disponível à comunidade acadêmico-científica brasileira”. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br>> Acesso em: 20 mar. 2012.

Rede de Bibliotecas da Justiça Eleitoral (REJE)

“A Rede de Bibliotecas da Justiça Eleitoral – REJE é composta por 28 bibliotecas distribuídas por todos os estados brasileiros e Distrito Federal. O projeto foi uma iniciativa da Coordenadoria de Biblioteca da Secretaria de Gestão da Informação do Tribunal Superior Eleitoral, com o objetivo de compartilhar recursos humanos, bibliográficos, de informação e de informática entre as bibliotecas da Justiça Eleitoral”. Disponível em: <<http://bit.ly/GIbeMz>> Acesso em: 21 mar. 2012.

SCIELO – Scientific Electronic Library Online

“Estão disponíveis 551 periódicos de acesso gratuito na internet publicados no Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Espanha, México, Portugal, Peru, Uruguai e Venezuela, cobrindo as áreas de Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências Exatas e da Terra, Engenharias, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas e Letras e Artes.”

Disponível em: <<http://www.scielo.org/php/index.php>>
Acesso em: 20 mar. 2012.

Tribunal Superior Eleitoral. Jurisprudência

“Pesquisa Simultânea de Jurisprudência dos Tribunais Eleitorais.” Disponível em: <<http://www.tse.gov.br/internet/jurisprudencia/index.htm>> Acesso em: 20 mar. 2012.

Tribunal Superior Eleitoral. Legislação Eleitoral

“Boletim Eleitoral, Coleção das Leis do Brasil, Diário do Congresso Nacional, Diário da Justiça, Diário da Justiça Eletrônico do TSE, Diário Oficial.”
Disponível em: <<http://www.tse.gov.br/internet/legislacao/eleitoral.htm>> Acesso em: 20 mar. 2012.

Tribunal Superior Eleitoral. Temas selecionados.

“A série Jurisprudência do TSE: temas selecionados, idealizada pela Coordenadoria de Jurisprudência, objetiva ser uma fonte atualizada de consulta às decisões do Tribunal Superior Eleitoral, disponível apenas em versão eletrônica, no sítio do Tribunal”.

Disponível em: <<http://temasselecionados.tse.jus.br/>>

Acesso em: 20 mar. 2012.

Jus navigandi

Disponível em: <<http://jus.com.br/busca?q=financiamento+de+campanha+eleitoral&qs=revista>> Acesso em: 20 mar. 2012.

5 Especialistas

Dalson Britto Figueiredo Filho

Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e *visiting scholar at* William and Mitchell College of Law (Minnesota, Saint Paul, EUA). Pesquisador visitantZe na University of Wisconsin (Madison, 2009) e mestre em Ciência Política (UFPE, 2009). Bacharel em Ciências Sociais (UFPE, 2005) com graduação sanduíche na University of Texas (Austin, 2003). Atua nas seguintes áreas: financiamento de campanha, estudos legislativos e métodos quantitativos.

Cristiane Rachel Pironi

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (2002) e mestre em Ciência Política pelo Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (2009), com curso de extensão em Responsabilidade Social Empresarial e Terceiro Setor pelo CEATS/FIA. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em democracia, teoria da justiça, financiamento de partidos políticos e campanhas eleitorais e políticas sociais. *Link* para a dissertação de mestrado: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-07052009-170520/>

Daniel Gustavo Falcão Pimentel dos Reis

Bacharel, mestre e doutorando em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP). Professor Monitor no Programa de Aperfeiçoamento do Ensino (PAE) nas matérias Direito Constitucional I, Direito Constitucional II, Direito Constitucional Estadual, Direitos Fundamentais e Sistemas Políticos e Eleitorais na mesma Faculdade. Pós-graduado (especialização) em *Marketing* Político e Propaganda Eleitoral pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Bacharel em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP).

Sídia Maria Porto Lima

Especialista em Direito Constitucional e Administrativo (2001), mestre em Direito (2003) e doutora em Ciência Política (2011) pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Diretora da Subsecretaria de Controle Interno do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5) e analista judiciária do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE). Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/3853144361676681>> Acesso em: 21 mar. 2012.



SGI

SECRETARIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO

Esta obra foi composta na fonte de texto Stone Sans, corpo 9, entrelinhas 10,8 pontos e fonte de títulos Helvetica Neue Lt Medium Condensed , corpo 16, entrelinhas 19,2 pontos em papel reciclado 90 g/m² (miolo) e papel reciclado 250 g/m² (capa)



SGI

SECRETARIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO